

Das promessas do Livro Verde à realidade da biblioteca do conhecimento online

Maria Joaquina Barrulas
INETI - Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação
Joaquina.barrulas@ineti.pt

Resumo:

Neste capítulo convida-se o leitor a reler com o distanciamento que uma década permite, a análise da situação existente, as previsões de futuro mas também as ilusões, as propostas de medidas concretas preconizadas no **eixo 3 do Livro Verde: O Saber Disponível**, e procurar encontrar os principais marcos do caminho percorrido. Queremos descobrir até onde se estende a **Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade**, quais os nós da **Rede da Lusofonia**, até onde chegou o **Desenvolvimento da Indústria de Conteúdos Culturais Multimédia** e será que ainda falta muito para **Digitalizar os Arquivos Históricos e o Património Cultural Português**? Em particular, iremos à descoberta do que foi feito para promover o **Desenvolvimento de Bibliotecas Digitais** e o acesso às fontes de informação, disponibilizando ferramentas e criando os mecanismos que permitam efectivamente a qualquer cidadão, sentir-se parte de uma *sociedade do primado do saber*.

Palavras-chave: bibliotecas digitais, arquivos digitais, património cultural, publicação electrónica.

1. Introdução

Ao voltar a ler o Livro Verde para a Sociedade da Informação, procuramos analisar, com o distanciamento que uma década permite, até onde chegamos na implementação das medidas concretas que nele se preconizavam. O capítulo três: O **SABER DISPONÍVEL**, é por várias razões aquele que nos tem merecido maior atenção. Em primeiro lugar, pela própria designação a qual encerra em si mesmo uma dificuldade: o que é que efectivamente se pretendia dizer com esta expressão: o saber disponível? E em segundo lugar por, profissionalmente estar ligada a várias iniciativas que se desenvolveram nesta área., em Portugal e a nível europeu.

Quanto ao título do capítulo (eixo de actuação) é a própria introdução que esclarece o sentido do mesmo, ao reduzir a dimensão do problema: *“promover a criação de mecanismos que contribuam para a consolidação e difusão [do conhecimento]”*. Assim, saber é aqui usado como sinónimo de conhecimento que é preciso disponibilizar, isto é consolidar e difundir. E logo a seguir clarifica-se: *“Aceder à informação disponível constituirá uma necessidade básica para os cidadãos e compete às diversas entidades garantir que esse acesso se efectue de forma rápida e eficaz e numa base equitativa. A Sociedade da Informação é uma sociedade do primado do saber.”* Ou seja, o que de facto estamos a tratar é de acesso à Informação: o que se pretendia era fomentar o desenvolvimento do uso das tecnologias e criar as condições para que o acesso à informação fosse facilitado e generalizado ao maior número possível de cidadãos, na certeza de que isso iria contribuir para um aumento das suas capacidades cognitivas e de aprendizagem. Através da aquisição de mais saber / saberes os cidadãos tornar-se-iam mais aptos a enfrentar os desafios da sociedade moderna (e porque não dizê-lo, mais felizes! Sou das que acreditam que é o conhecimento e não a ignorância que nos pode fazer mais felizes!)

Ao livro chamou-se Verde, talvez porque ao verde se associa a esperança e porque eram esperançosos e muito entusiastas os que há dez anos se entregaram à tarefa que julgaram possível de, pela via da SI, fazer saltar a sociedade portuguesa vários degraus de uma acentada, e atingir os patamares cimeiros da escada do progresso, quiçá igualando outros países que teimam em ficar sempre mais acima. O livro chamou-se Verde por isso (digo eu), porque de tempos a tempos até somos capazes de não ser fatalistas e acreditar em nós próprios e não porque era essa a designação em moda (os livros eram verdes ou brancos, nunca percebi muito bem porquê).

Como é que isso seria feito? Como é que Portugal, com os níveis de escolaridade que apresentava, que ocupa sempre os lugares debaixo da tabela, qualquer que seja o indicador de desenvolvimento ou modernidade, iria assim saltar barreiras, sem ter de, penosamente, subir degrau a degrau?! O primeiro passo era, conseguir que os elementos mais activos e interessado oriundos dos mais variados sectores da própria sociedade, a reflectir em conjunto e trazer para a discussão as questões concretas nos mais variados domínios. O segundo passo seria o de traduzir em propostas de acção concretas e exequíveis, as muitas ideias e visões inovadoras que o debate produziu. Por último, e certamente o mais difícil terá sido convencer alguns decisores políticos de que o desenvolvimento da sociedade portuguesa passaria seguramente por acompanhar e desejavelmente estar na linha da frente, o caminho que noutros países já se percorria rumo à “Sociedade da Informação”.

O Livro Verde veio assim lançar as bases para o início de um trabalho ainda totalmente por fazer e noutros sectores prosseguir iniciativas já em curso, ampliando-as ou focalizando-as.

As medidas do eixo 3:

3.1 Rede electrónica de investigação científica, cultura e educação: *Consolidar a rede da comunidade científica nacional... reforçada e estendida a uma comunidade mais alargada, abrangendo todas as escolas, do ensino pré-escolar ao superior, centros de documentação, bibliotecas e arquivos, museus e outras entidades sem fins lucrativos com intervenção nesta área.*

3.2 A Rede da Lusofonia *Afirmar a cultura portuguesa no Mundo, quer nos países do espaço lusófono quer junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo. A criação de uma rede de servidores Internet, com meios de pesquisa e organização da informação, especialmente dirigida a conteúdos culturais... Os Centros Culturais Portugueses no estrangeiro deverão dispor de meios de acesso à Internet para conteúdos de expressão lusófona.*

3.3 – Apoiar o Desenvolvimento da Indústria de Conteúdos Culturais Multimédia

Contribuir para o desenvolvimento de uma indústria multimédia portuguesa com conteúdos culturais e artísticos para melhorar o acesso do cidadão à cultura... lançar as bases de uma rede nacional de gestão do património cultural português fazendo uso das tecnologias da informação e das comunicações.

3.4 - Digitalizar os Arquivos Históricos e o Património Cultural Português

Informatizar e digitalizar de modo sistemático os arquivos históricos e o património cultural e artístico....medida representará um contributo para a dinamização de uma indústria especializada no desenvolvimento e difusão de conteúdos culturais.

3.5 - Promover o Desenvolvimento de Bibliotecas Digitais

...serão desenvolvidas bibliotecas digitais com informação bibliográfica e acesso a arquivos históricos, culturais e de património artístico e arquitectónico. Será apoiada a criação de uma rede electrónica de bibliotecas interligando todas as bibliotecas universitárias e de instituições de ensino superior portuguesas.

3.6 - Criar uma Base de Dados das Teses de Doutoramento e de Mestrado das Universidades Portuguesas

“Criar e disponibilizar através das redes digitais uma base de dados contendo informação pertinente sobre as teses de doutoramento e mestrado produzidas no âmbito das Universidades Portuguesas. “

Enumeradas agora, estas medidas até parecem pouco ousadas, tão rápida foi a evolução a que assistimos não só a nível tecnológico, mas também por via disso, transformou a sociedade em que vivemos hoje de uma forma tão profunda que não imagináramos naquela altura. Se nos lembrarmos que em 1997 ainda a World Wide Web estava na sua infância, que os inventores do Google, Larry Page e Sergey Brin andavam às voltas com o seu motor de pesquisa BackRub e que só em 1998 alojam o primeiro centro de dados do Google em casa de Larry ¹, talvez nos surpreenda como só estas duas “invenções”, contribuíram para modificar a forma como se vive hoje em toda a parte do mundo. De forma assimétrica é certo, mas para o bem e para o mal, a revolução digital difundiu-se à escala global: pode aceder-se à net no deserto, ou nas montanhas de Kandahar, e nas mais recônditas aldeias ou pontos de passagem turística da América latina, podem encontrar-se cybercafés...

2. A dimensão do nosso salto

Não tendo tido a possibilidade de fazer uma recolha de dados no terreno que permitisse um exercício de avaliação rigoroso, como gostaria, o qual exigia recursos de que não dispunha, limitei-me a fazer um exercício de navegação na net, afinal aquilo que já está ao dispor de qualquer cidadão, e fui à descoberta do que o ciberespaço nos mostra relativamente a cada uma das áreas que foram objecto da atenção dos estrategas de então e do que propunham para Portugal. O que a seguir se apresenta é apenas um exercício de pesquisa individual, não exaustivo e sem pretensões de rigor metodológico. Fui ao sabor dos ventos, guiada por um mapa mental (Mindmap) que me serviu de astrolábio, seguindo pistas que me foram sugeridas umas, e intuídas outras. Existe por isso nesta abordagem um elevado grau de subjectividade, aquela que decorre de um olhar individual, que tende a valorizar umas coisas em detrimento de outras, por variadíssimas razões...

2.1. Até onde se estende a Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade?

Coube à Fundação para o Desenvolvimento dos Meios Nacionais de Cálculo Científico, criada em 1986, mais tarde denominada Fundação para Computação

¹ <http://www.google.com/corporate/history.html>

Científica Nacional (FCCN) a tarefa de criação da infra-estrutura de rede e a disponibilização de meios de computação intensiva para os investigadores portugueses. Ao comemorar os 20 anos de existência, a FCCN organizou uma Conferência, onde foram feitos diversos balanços da actividade desenvolvida. Dos números, factos e realizações apresentados que podem ser consultados em detalhe no sítio web², destacamos aqui apenas os marcos relativos à RCTS³: entre 1997 e 2001 são concretizadas as ligações todas as escolas, bibliotecas, associações científicas e a conectividade internacional passa de 1 Mbps para 155 Mbps entre 1997 e 2001, e atinge em 2006 2 Gbps, (backbone a 10 Gbps) e 400 Kms de fibra óptica própria.

No que diz respeito à atribuição de domínios, função também da responsabilidade da FCCN, atingiram em 2006 a centena de milhar⁴.

2.2 Os Nós da Rede da Lusofonia

O principal objectivo desta medida era afirmar a cultura portuguesa no mundo e a Internet surgia como um meio privilegiado para o fazer. Seguindo o percurso de navegação que nos propusemos, encontramos dois nós que nos captaram a atenção: O Instituto Camões⁵ e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB).

O sítio⁶ do Instituto Camões merece que lhe dediquemos algum tempo para o percorrer em todos os seus múltiplos aspectos. Como tudo o que se faz na net não é um trabalho acabado, está (deve estar) sempre em actualização, mas o que lá encontramos já constitui um valioso contributo para a afirmação / divulgação da cultura portuguesa no mundo.

O Centro Virtual Camões surpreendeu pela abrangência das temáticas e pela sistematização e organização das mesmas. Algumas das secções prometem, mas não têm ainda muitos conteúdos, esperemos que por falta de recursos, não fiquem por aqui, já que a apetência está criada. Encontrar na secção Bases Temáticas, a informação suficiente para ficar conhecer a vida e feitos de uma dúzia de Figuras da Cultura Portuguesa do século XIX e cerca de meia centena do século XX, é um bom começo. Que a tarefa continue, aumentando a lista e trazendo-nos também o acesso virtual às obras, que entretanto outros já possam ter digitalizado, é o que se deseja. Escutar os Sons lusófonos através de uma voz que canta um *fado ladino*, ainda que apenas em 30 segundos, deve ser bem agradável para os portugueses da diáspora. Mas é sobretudo nas secções do ensinar e aprender português que encontramos,

² <http://www.fccn.pt/>

³ “uma rede privativa e específica da comunidade científica, que utiliza o protocolo IP para garantir uma plataforma de comunicação e colaboração entre as instituições do sistema de ensino, ciência, tecnologia e cultura e que se vem constituindo também numa plataforma de experimentação para aplicações e serviços avançados de comunicações... Quanto à respectiva topologia, a RCTS é composta por dois nós principais, um em Lisboa e outro no Porto, aos quais se ligam as instituições acima referidas. É também nestes dois nós que se liga a rede das escolas, através de ligações agregadoras de alto débito e redundantes entre si...As principais tecnologias utilizadas nas ligações entre as instituições mencionadas e a RCTS são: a tecnologia Ethernet ponto-a-ponto a 10Mbit/s, 100Mbit/s e 1Gbit/s, para acessos iguais ou superiores a 10Mbit/s, e VPN-IP com acessos através de Circuitos Dedicados para os acessos com débitos inferiores.”

⁴ Pedro Veiga, [<http://www.20anos.fccn.pt/documents/Pedro%20Veiga%20-%20Sessao%20Abertura.pdf>]

⁵ <http://www.instituto-camoes.pt/index.htm>

⁶ <http://www.instituto-camoes.pt>

recursos, e métodos inovadores: as secções No Caminho das Palavras, Sala de Leitura, Ouvir em Português, utilizam uma boa combinação de meios: texto, imagem parada e som que permitem uma incursão pela língua portuguesa. Já no Laboratório de Escrita criativa *“parte-se do princípio que é possível compreender e interiorizar de forma prática os mecanismos da escrita e, num segundo momento, adaptá-los à performance ideal de cada aluno... O Laboratório organiza o seu trabalho em torno de três áreas: a descrição, ou o conjunto de modalidades de representação e de inscrição do espaço; a narração, ou a representação ficcionalizada das ocorrências que se actualizam no tempo; e, por fim, a poética como forma ancestral de expressão humana que visa superar a incapacidade das linguagens denotativas em traduzir estados de alma complexos ou indizíveis”*⁷ e tudo isso se faz através de uma plataforma de e-learning.

No que se refere a recursos digitais disponibilizados, desde os conteúdos existentes aos links organizados, constituem já um acervo relevante que certamente é uma ferramenta importante para quem trabalha nas, ou se interessa por, estas temáticas. Verifica-se também um interesse pelo estímulo à interactividade, através da inclusão de secções como as Comunidades virtuais⁸, o Fórum Leitores Sem fronteiras⁹, ou do Clube da Escrita¹⁰, que podemos antecipar como um futura entrada nos modelos da chamada **Web 2.0**¹¹

O outro Nó da Rede da Lusofonia que exploramos foi o IPLB, responsável pelo programa Rede Bibliográfica da Lusofonia *um programa de intervenção na área do livro e da promoção da leitura nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e em Timor Lorosae*. A navegação levou-nos neste caso a um sítio¹² onde podemos encontrar informação sobre a actividade desenvolvida, a qual tem incidido sobretudo no apoio ao desenvolvimento das Bibliotecas e Arquivos dos PALOP, em aspectos que vão da aquisição de equipamento ao enriquecimento das colecções em suporte papel. A ausência de *links* para as Bibliotecas e Arquivos referidos faz supor que a este nível ainda estamos fora do mundo digital, não obstante a relevância que a intervenção e o apoio possam ter representado para aumentar as capacidades de acesso à informação naqueles países.

2.3 Até onde chegou o Desenvolvimento da Indústria de Conteúdos Culturais Multimédia?

Pertenço ao grupo daqueles que tiveram alguma relutância em adoptar a designação “indústria de conteúdos” quando esta começa a ser utilizada pelos actores que até aí se moviam na “indústria da informação”. É uma expressão pouco clara (conteúdo por

⁷ <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/apresformdist/lec3.html>

⁸ *Serviço de correspondentes electrónicos do Centro Virtual Camões... tem por objectivo pôr em contacto alunos de universidades portuguesas e alunos universitários estrangeiros que estudam a nossa língua nos seus países.*

⁹ *É um espaço de discussão para quem gosta de literatura e de partilhar o prazer de ler. Desenvolvendo-se em torno de obras de autores portugueses ou de língua portuguesa, pretende fomentar a troca de ideias e de sugestões de leitura entre os participantes*

¹⁰ Uma comunidade virtual de aprendizagem

¹¹ What Is Web 2.0 Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software by Tim O'Reilly 09/30/2005 [<http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html?page=1>]

¹² http://www.iplb.pt/pls/diplb/!main_page?levelid=22

oposição a embalagem?) mas que acabou por se impor, como aconteceu com muitas outras que passamos a usar sem que alguma vez tenham sido bem definidas, e que se generaliza em meados dos anos noventa. Acompanhamos as iniciativas da Comissão Europeia que no final da década de 1980, lançou um programa intitulado Information Market Policy Action (IMPACT) com objectivo expresso de criar o mercado europeu dos serviços de informação e reduzir o fosso que nesta matéria separava a Europa dos EU. Uma parte importante da actividade desenvolvida no âmbito deste programa foi dedicada à realização de estudos sectoriais e levantamentos no terreno que permitiram começar a desenhar os contornos deste mercado emergente sobre o qual muito pouco se sabia. É assim que surgem vários documentos de posição, ainda hoje relevantes, produzidos pelo Observatório do Mercado da Informação OMI. A identificação de barreiras e obstáculos de ordem administrativa que impedem a livre transferência da informação bem como o enquadramento legislativo de questões tais como o acesso a dados pessoais, o valor probatório de documentos electrónicos, ou ainda toda a problemática associada à propriedade intelectual e direitos de autoria que os sistemas de informação geográfica e o multimédia interactivos começavam a colocar em moldes totalmente novos, foram outra das linhas de intervenção do Programa IMPACT. Foi no seio do Grupo Consultivo Jurídico que foram lançadas as bases de matéria jurídica que hoje faz parte do “acquis communautaire” neste sector.

O estímulo directo à criação do mercado traduziu-se no apoio às Iniciativas Multimédia Interactivo, Sistemas de Informação Geográfica e Serviços de Informação para o Comércio e Indústria, com o financiamento a projectos piloto inovadores nestes domínios. O apoio da CE vai prolongar-se através do programa INFO2000 (1996-1999), uma acção coordenada que visa estimular o desenvolvimento de uma, agora já chamada indústria europeia de conteúdos multimédia, assim definida: “*entende-se por conteúdos dados, texto, som, imagem ou a combinação multimédia dos mesmos e por indústria dos conteúdos a criação, desenvolvimento e distribuição de produtos e serviços*”. Considerando que uma das riquezas fundamentais da Europa é a sua diversidade cultural que por sua vez proporciona uma grande variedade de conteúdos informativos, procurava-se por esta via despoletar o potencial Europeu de multimédia.

Em Portugal foram várias as iniciativas desenvolvidas pela MIDASNET¹³ com o mesmo objectivo isto é, estimular o desenvolvimento deste sector através da formação de parcerias e consórcios com o objectivo de desenvolver projectos inovadores. O impulso dado por estas iniciativas levou à criação de novas empresas e à animação de um mercado, que é ainda hoje mal definido, mas que nos finais do milénio se apresentava como muito promissor.

Na ausência de dados que permitam avaliar como está esta indústria em Portugal¹⁴, deixando de parte a área dos media e audiovisual, que teve um desenvolvimento notório, espreitamos na net o sector da edição. Constatamos que existe uma boa dúzia de editoras com uma presença que vai para além da informação estática e destas várias com possibilidade de transacção electrónica (formas mais ou menos avançadas de comércio electrónico). Por outro lado, a oferta de produtos multimédia principalmente os orientados para as crianças e jovens, que podemos inserir no

¹³ Rede criada no âmbito do Programa INFO2000, e constituída por nós em 18 países europeus. O Nó Português foi liderada pelo INETI, tendo como parceiros o ICAM, a Associação Portuguesa para a Promoção do Multimédia e a Associação Portuguesa de Multimédia.

¹⁴ Dificuldade com que a própria associação do sector (APMP) se debate

chamado “edutainment” (educação e entretenimento) online e offline é bastante interessante e variado¹⁵.

2.4 Ainda falta muito para Digitalizar os Arquivos Históricos e o Património Cultural Português?

A resposta imediata a esta pergunta é sim, claro que ainda falta muito, em primeiro lugar porque é muito rico o nosso património museológico e arquitectónico, como o são os Arquivos Históricos, em segundo lugar porque sabemos quão escassos são os recursos de todas as áreas da cultura. Mas até onde já chegamos?

Começando pelos Arquivos, é ao Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo¹⁶ que pertence a tutela dos Arquivos Distritais, a coordenação da Rede Nacional de Arquivos e as funções de execução da política arquivística nacional. Compete-lhe a importante missão de salvaguardar e valorizar o património arquivístico nacional *fundamento da memória colectiva e individual*. Neste sentido, a digitalização desse património e a possibilidade de acesso à distância dos tesouros da Torre do Tombo, é tarefa gigantesca e que exige recursos que os poucos orçamentos atribuídos não permitem. Está certamente ainda longe dos nossos horizontes mais próximos poder ler, ver imagens e ouvir sons relativos a momentos da nossa história através de uma pesquisa no sítio da net do Arquivo Nacional, como é possível ver e ouvir por exemplo no Eyewitness do National Archives, dos EUA, a descrição da lua feita pela tripulação da Apollo 8, em Dezembro de 1968¹⁷. Mas embora seja interessante, não é certamente prioritário ilustrar o sítio com alguma destas “pequenas maravilhas tecnológicas” mais importante é desenvolver ferramentas de apoio à pesquisa das colecções e fundos existentes e isso vai-se conseguindo. A Sala de Referência Virtual, permite a pesquisa a *“todos os fundos e colecções existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com indicações detalhadas sobre a sua proveniência, âmbito cronológico, dimensão, conteúdo...”* É possível também fazer a requisição de documentos antecipadamente, por via electrónica. É um princípio e uma ajuda ao investigador. O projecto TT online, é outra iniciativa nesta direcção, disponibilizando já mais de 50.000 documentos de fundos seleccionados, como o Arquivo Salazar e colecção Corpo Cronológico, uma das mais consultadas pelos especialistas da Historia Moderna¹⁸.

Na vertente do património museológico, o Instituto Português de Museus (IPM) tutela 29 museus de arte, arqueologia e etnologia, podendo ser encontrada no sítio web¹⁹ breve descrição sobre os mesmos. Através de uma interface disponível na página de entrada (MatrizNet), podemos pesquisar o inventário de colecções, que disponibiliza já 30.000 fichas de inventário com pequenos descritivos e algumas imagens, naquela que parece ser uma iniciativa em progresso. Podemos ainda, através de link para a Rede Portuguesa de Museus, encontrar uma listagem com informação básica sobre todos os museus da rede. Claramente, parece que ainda estamos longe das possibilidades de acesso a reproduções multimédia das colecções²⁰ ou de fazer visitas virtuais²¹, de que já podemos desfrutar, navegando nos sítios dos mais famosos museus mundiais. Qualquer comparação da realidade dos museus em Portugal, com

¹⁵ <http://www.textoeditora.pt/> ; <http://www.portoeditora.pt/>

¹⁶ <http://www.iantt-pt>

¹⁷ <http://www.archives.gov> (Eyewitness: American Originals from the National Archives)

¹⁸ <http://ttonline.ianttt.pt>

¹⁹ <http://www.ipmuseus.pt>

²⁰ Veja-se o British Museum (Compass <http://www.thebritishmuseum.ac.uk>)

²¹ Veja-se o Museu do Louvre (Panorama <http://www.louvre.fr>)

um Louvre ou British Museum, é abusiva, mas estaremos todos de acordo em afirmar existe um enorme potencial nos nossos museus que está por explorar, e não apenas no que diz respeito à sua entrada no paradigma digital.

A recuperação e valorização do Património, bem como a salvaguarda do património edificado e dos seus contextos, constituem as duas principais áreas de actuação do IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico. Através do sítio web ²² podemos obter informação muito sucinta sobre os bens culturais classificados património mundial, pela UNESCO e uma ou duas pequenas fotos de cada. Encontramos também uma meia dúzia de inventários temáticos e itinerários que nos indicam apenas algumas notas informativas e localização geográfica e algumas pequeníssimas fotos. A possibilidade de fazer pesquisa geo-referenciada ao património classificado está disponível mas apenas um número muito reduzido de cartas está disponível.

Conforme se preconizava na descrição desta medida, tudo o que foi feito para colocar em formato digital o nosso património cultural que é rico e diverso e que constitui matéria-prima para a criação de novos produtos e serviços dinamiza a indústria de conteúdos multimédia. Aqui temos ainda muito potencial para explorar.

2.5 O que foi feito para promover o Desenvolvimento de Bibliotecas Digitais?

O sector das bibliotecas é um dos que mais tem sabido incorporar as TIC, tanto a nível de processos de trabalho, como na oferta de serviços, muito por iniciativa dos seus profissionais mais interessados, que cedo perceberam que a Sociedade da Informação passava pelas bibliotecas.

A nível europeu, a inclusão da Telemática para Bibliotecas como uma das sete áreas temáticas do 3º Programa Quadro de IDT (1990-1994), constituiu um marco para o desenvolvimento do sector e fomentou a investigação em domínios específicos. Tratava-se então de criar, melhorar e harmonizar bibliografias e catálogos lidos por máquina (machine-readable); de explorar as oportunidades técnicas através dos serviços de telecomunicações e dos open systems interconnection (OSI), para a criação de serviços em rede inter-bibliotecas; de desenvolver serviços de biblioteca inovadores através do uso das TIC e de criar e desenvolver produtos, serviços e ferramentas, de base tecnológica (technology-based library products and services) para as bibliotecas. Estes eram os tópicos das quatro linhas de acção do programa que apoiou mais de meia centena de projectos desenvolvidos em consórcio envolvendo mais de 200 participantes oriundos de vários países do espaço europeu. A participação portuguesa nestes consórcios existiu desde cedo, através da Biblioteca Nacional e de grupos de investigação de Universidades, que assim acompanharam desde o início o movimento que considerava que as bibliotecas são instituições fundamentais no contexto do desenvolvimento da SI: *"Libraries meet many of the cultural, leisure, academic and general information needs of the European society"*²³.

A intervenção e participação portuguesa em projectos inovadores no âmbito dos programas quadro de IDT da EU, foi uma constante, ainda que, neste domínio, como

²² <http://www.ippar.pt>

²³ Libraries and the Information Society. European RTD in Telematics for Libraries. Synopses of projects supported by the EC for the application of telematic systems in libraries under the third framework, programme – un update 1998. DGXIII-E4

noutros, relativamente diminuta. Contudo, os resultados dessa participação foram a semente de ideias inovadoras que se traduziram em realizações concretas que existem hoje na BN nas bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Pública, e em muitas das bibliotecas das Universidades, públicas e privadas.

A Biblioteca Nacional Digital²⁴ apresenta-se como “uma prioridade estratégica” da BN e define-se como *“um projecto de dimensão aberta... que contemplará em primeira instância conteúdos usualmente procurados pela comunidade dos leitores de uma biblioteca nacional. Privilegiando fontes documentais... Numa segunda instância integrará numa num conjunto Memória os domínios mais representativos da memória cultural e histórica portuguesa... e numa terceira instância procurará cumprir funções de extensão cultural, designadamente através de exposições virtuais...”*. É sem dúvida um projecto ambicioso, mas do que já é possível testar, ficará ao nível do que de melhor se faz lá fora. As outras bibliotecas digitais para onde nos aponta através dos links, fazem-nos desejar que, e mais uma vez, não falem os recursos para que rapidamente se nos aproximemos desses modelos já implementados.

A Biblioteca Nacional Digital inclui também o DiTED, depósito de Dissertações e Teses em formato digital. Porém, o quadro legal vigente que atribui às reitorias das Universidades a obrigatoriedade de depósito legal destes documentos, mas apenas em formato impresso, deixa ao critério individual dos autores o depósito voluntário das suas teses, limitando assim a abrangência desta iniciativa.

De salientar ainda a participação da BN na European Library²⁵, um portal que dá a acesso a recursos digitais e não digitais de 45 bibliotecas nacionais da Europa e permite pesquisar colecções dispersas, obtendo resultados integrados. A European Library é também o resultado de um projecto financiado pela UE.

Quanto às Bibliotecas Públicas, desde que em 1987 o programa RNBP²⁶ foi iniciado, tem-se assistido à progressiva renovação e ou criação de novas bibliotecas, com regularidade, mas talvez de forma mais lenta do que seria desejável, tendo em consideração o grande atraso em que nos encontrávamos. Pelas suas próprias características, o programa deixa à livre iniciativa das autarquias e das próprias bibliotecas o delinear das suas estratégias de desenvolvimento. Isso permite-nos encontrar exemplos de grande criatividade na utilização dos meios e ferramentas do universo digital ²⁷ a par de outros em que o trabalho se desenvolve ainda e sobretudo, no espaço físico das bibliotecas.

No universo das bibliotecas universitárias o panorama digital é hoje bastante variado e os recursos informacionais que disponibilizam ao público em geral, bem como os recursos exclusivos para as respectivas comunidades académicas já equivalem a muito do que de bom se encontra nas universidades de referência estrangeiras. Dos catálogos pesquisáveis em linha, ao texto integral de bibliografia, passando pela constituição dos repositórios institucionais²⁸, as bibliotecas universitárias têm sem

²⁴ <http://bnd.bn.pt>

²⁵ <http://libraries.theeuropeanlibrary.org>

²⁶ O Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas tem como objectivo construir e desenvolver bibliotecas públicas, de acordo com os princípios preconizados pela UNESCO, em todos os concelhos. Em Dezembro de 2006, dos 308, 262 já integram a Rede (<http://www.iplb.pt>).

²⁷ Veja-se a Oeiras Internet challenge em <http://oeirasinternetchallenge.blogspot.com>

²⁸ Veja-se o repositóriUM em <http://sdum.uminho.pt>

dúvida contribuído de forma activa para aumentar a capacidade de acesso ao “saber disponível”. Não encontramos porém, formalmente estabelecida a “*rede electrónica de bibliotecas interligando todas as bibliotecas universitárias e de instituições de ensino superior portuguesas*” que o LV preconizava.

3. A Biblioteca do Conhecimento online (B-on)

É interessante verificar, que se as tentativas de criação dessa rede de bibliotecas universitárias, iniciada ainda antes da “era digital”, por iniciativa dos bibliotecários e visando desenvolver mecanismos de cooperação, nomeadamente ao nível do empréstimo inter-bibliotecas, não foram bem sucedidas. A cooperação, objectivo principal que qualquer rede pressupõe, vai acontecer de forma induzida, através do projecto B-On. Trata-se de uma iniciativa que, se terminasse agora (situação que enquanto utilizadora nem consigo imaginar), criava um vazio difícil de preencher e dificultaria e muito, o trabalho de investigadores e outros trabalhadores do conhecimento.

Merece a pena analisar esta ideia que se foi modelando a partir da análise no terreno das necessidades de acesso à informação científica e técnica da comunidade científica e académica ²⁹. Os primeiros passos, diz-se na apresentação do projecto, deram-se em 1999 e procuram começar a dar corpo à “Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia em rede”.

Uma das áreas de cooperação inter-bibliotecas há muito identificada pelos bibliotecários das universidades e outros organismos de I&D como indispensável, era a aquisição em moldes cooperativos de periódicos científicos. As revistas científicas são das fontes de informação mais consultadas, sendo impensável fazer investigação em muitos domínios sem ter acesso às respectivas revistas de referência. Por outro lado, são recursos de informação caros, em particular para alguns títulos de domínios científicos, específicos, como a medicina ou a química. ³⁰

Um levantamento no terreno efectuado pelo Observatório para a Ciência e Tecnologia permitiu quantificar quanto se gastava no país em assinatura de revistas científicas e, mais importante, as sobreposições existentes, isto é quantas assinaturas repetidas até nas mesmas instituições. Tornou-se evidente que criar formas de cooperação neste domínio era indispensável e urgente.

3.1 A publicação electrónica

O acesso a fontes de informação electrónicas era uma questão que as bibliotecas vinham abordando desde pelo menos os anos de 1980, quando começam a ser disponibilizadas para acesso público algumas das bases de dados desenvolvidas na NASA para apoio ao trabalho interno dos seus técnicos e investigadores. A consulta online a bases de dados referenciais e o simples acesso a resumos dos documentos

²⁹ <http://www.b-on.pt>

³⁰ Como forma de colmatar as dificuldades de aquisição das revistas em todos os domínios científicos de interesse dos seus investigadores as bibliotecas recorriam ao Supply Center da British Library, através do qual se obtinha (primeiro em fotocópia, e hoje já em formato digital) os artigos seleccionados. Não sendo gratuito este serviço, permitia responder às necessidades pontuais e claramente identificadas dos utilizadores.

referenciados, constituía uma mais valia de que os investigadores já não prescindiam quando lhes foi facultada³¹.

É a profunda evolução do mercado da edição e em particular da edição científica que vem colocar novos desafios e também condicionar o próprio comportamento de pesquisa e uso da informação por parte dos cientistas e investigadores. Um estudo publicado em 2003³², identificou três fases relativamente a padrões de uso das revistas científicas, pelos cientistas e investigadores nos EUA.

As fases referidas correspondem à própria evolução desta nova forma de publicação e a sua aceitação pela comunidade científica. Entre 1990-1993 começam a ser publicadas revistas electrónicas simultaneamente em CD-Rom e disponíveis online. É um período em que os cientistas como autores e leitores duvidam da qualidade deste novo formato e têm dúvidas quanto à sua futura sustentabilidade. As bibliotecas por seu turno, confrontadas com o aumento crescente dos preços das assinaturas e também com os problemas do armazenamento físico das colecções, olham para este novo meio com muita expectativa, antevendo que poderia estar nele a solução para estes problemas. Já os editores, estão hesitantes e duvidam ainda aceitação que este meio virá a ter.

A fase de evolução do sistema de edição inicia-se por volta do final da década de 1990 e em 2002 a edição online do Ulrich's International Periodicals Directory, indica que cerca de 12.000 dos 15.000 títulos activos (com revisão pelos pares) estão disponíveis por via electrónica. Por esta altura os cientistas começam a adoptar as revistas electrónicas como alternativa às revistas impressas e as bibliotecas, começam a manter colecções paralelas em suporte digital, havendo até algumas que optam em exclusivo pelo suporte digital. É também por esta altura que muitas bibliotecas universitárias começam a criar consórcios entre si para negociar licenças comuns com os editores. É também por esta altura que as bibliotecas universitárias americanas iniciam os primeiros passos no uso da norma Open Archives Initiative (OAI)³³ para criar repositórios institucionais.

A introdução de sistemas avançados de edição electrónica, em que as revistas electrónicas deixam de ser meras reproduções do modelo impresso, para serem parte de um sistema integrado de informação, entra-se definitivamente num outro paradigma ao qual correspondem modelos de comportamento de procura e uso da informação que começam a ser estudados e a que corresponde uma terceira fase de padrões de uso por parte de investigadores e cientistas.³⁴

3.2. O modelo de consórcio

³¹ Foram pioneiros na disponibilização destes serviços em Portugal, o Centro de Documentação Científica e Técnica CDCT e o LNETI, nos anos 80.

³² Patterns of Journal Use by Scientists through Three Evolutionary Phases: Tenopir et al, D-Lib Magazine May 2003 Volume 9 Number 5

³³ <http://www.openarchives.org>

³⁴ Beyond usage: understanding the use of electronic journals on the basis of information activity analysis / Annaïg Mahé IR (Vol. 9 No. 4, July 2004)

O projecto B-on surge quando o modelo de negócio da edição electrónica se começa a estabilizar e as grandes editoras internacionais já desenvolveram uma prática de negociação com consórcios de bibliotecas.

A FCCN que assumiu a gestão do projecto, procurou inteirar-se dos modelos de cooperação das bibliotecas existentes e, no âmbito do SELL (Southern European Libraries Link), comparou experiências e decide promover a criação de um Consórcio Nacional, aberto a todas as bibliotecas do sistema público universitário e de investigação. O serviço arranca em 2004 com 3.500 títulos de seis editores e em 2006 oferece mais de 16.000 publicações electrónicas em texto integral, abrangendo praticamente todas as áreas científicas, abrindo o consórcio também a entidades privadas sem fins lucrativos e hospitais.

O projecto é suportado financeiramente em 50% por fundos públicos e o restante pelas instituições aderentes, de acordo com uma fórmula que tem em consideração o número de utilizadores potenciais de cada instituição e considera uma ponderação diferenciada consoante o tipo do organismo. O consórcio é em princípio vantajoso para todas as bibliotecas, e a redução de custos com as assinaturas de revistas científicas foi notória logo no primeiro ano de adesão, sobretudo para as bibliotecas que já mantinham grandes colecções de revistas científicas estrangeiras.

Para além da redução evidente de custos a nível de cada biblioteca individualmente considerada, o balanço global considerando todas as bibliotecas do sistema científico e ensino superior público, na redução de é significativo. Contudo, este não é um projecto barato (cerca de 8 milhões de Euros por ano) e ainda não está claro como vai ser assumida a parcela do financiamento público depois da vigência do actual programa financiador (POS_Conhecimento).

Mas a importância da B-on não deve ser medida apenas pela poupança que veio proporcionar, a grande mais valia da B-on traduz-se nos ganhos de eficiência que veio introduzir no trabalho de qualquer estudante, professor, investigador ou técnico. A progressiva melhoria das facilidades do portal B-on e o aumento dos recursos de informação disponibilizados, fizeram com que num pequeno espaço de tempo se transformasse numa ferramenta de trabalho indispensável.

4. Conclusões

A viagem que me propus realizar através da rede global, esta maravilha da Sociedade da Informação a que chamamos Internet ou de forma algo carinhosa, a net, em busca de exemplos concretos e resultados da acção preconizada pelo Livro Verde, revelou-se um exercício bastante agradável. Embora tivesse um mapa para evitar perder-me no emaranhado dos links, deixei-me várias vezes espriar por outros espaços que surgiam inesperadamente e que não tinham a ver com o objectivo específico desta viagem, mas que me interessavam muito, o que significa que o tempo dispendido na mesma foi muito superior ao que tinha antecipado. Ao recolher informação sobre o que se fez, o que temos disponível e pronto a explorar à distância de um clic, constatei que é vasto o caminho percorrido. Fiz uma pesquisa selectiva, não aleatória mas seguramente subjectiva, como preveni no início, guiada apenas pelo enunciado das seis medidas do capítulo três. Escolhi os actores institucionais como ponto de partida porque lhes cabia a maior quota-parte de responsabilidade no dinamizar das acções,

mas estou ciente de que terei perdido alguns actores não institucionais relevantes. No entanto, através das notas de navegação que registei, será fácil retomar a viagem e descobrir mais maravilhas da Sociedade da Informação.